

Escorado em recursos já devidamente empacotados, o Governo vai investir Cr\$ 22 trilhões, ano que vem, na formação de estes queques reguladores de alimentos e na operação de subsídios táticos ou tópicos ao produtor e/ao consumidor. A armação do esquema de abastecimento para 1986 começa na próxima semana e contempla a constituição de uma reserva técnica, em dólares, para a importação dita corretiva de alimentos pilhados em choques de oferta ou em — **bunkers** — especulativos.

Para o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a política de abastecimento, tecnicamente correta e politicamente atenta, vai neutralizar as tensões inflacionárias da quebra de provavelmente 30% na safra de verão do Centro-Sul, fustigada pela maior estiagem dos últimos 32 anos. Por outro lado, vai recalibrar a execução do programa de suplementação alimentar para a população de baixa renda.

O lado doce do pacote econômico está exatamente na articulação do programa de prioridades sociais, orçado em Cr\$ 76 trilhões. O programa vai, da distribuição de leite para crianças carentes, até a remodelação do transporte coletivo nas áreas metropolitanas, passando pelo assentamento de bóias-frias, em terras mapeadas pelo projeto da Reforma Agrária.

Pela sua natureza e pela sua dimensão, o programa de amaciamento da pobreza endêmica é um teste decisivo para a política de desburocratização. O aparelho governamental vai prosseguir pesado, inchado e confuso, sem jogo de cintura para agilizar qualquer ideia nova. O esquema das prioridades sociais, embutido no pacote econômico, vale por uma operação de emergência e corre o risco de se perder pelos canais incompetentes da engrenagem governamental. Tanto mais, porque uma incompetência movida a impostos e devidamente a salvo: de cortes laxativos, via pacote orçamentário.

Da Saúde e do Habitat

No atendimento das necessidades sociais de base, tais como saúde, educação, habitação, saneamento, previdência e justiça comum, o pacote nada mais faz que chover no molhado das funções tradicionais do Estado. Tais áreas serão revalorizadas por uma injeção adicional de Cr\$ 23,6 trilhões (por sobre o Orçamento da União). O pacote não especifica

claramente a origem dos recursos comprometidos. Mas bota recurso nisso: o projeto de assistência médica, tomado isoladamente, vai acionar a construção de postos e centros de saúde, a implantação de uma vasta rede de bancos de sangue e hemoderivados, a instalação de laboratórios de análises clínicas, a oferta suplementar de serviços odontológicos e a criação de centros de controle de doenças transmissíveis, da raiva à AIDS, passando pelas endemias rurais. De sobremesa, o programa de saúde, via pacote, vai distribuir 40 medicamentos básicos para 30 milhões de brasileiros carentes.

Fatura do programa: Cr\$ 8,2 trilhões. Outros Cr\$ 5,2 trilhões serão aplicados na melhoria das favelas e dos cortiços camuflados pelo paliteiro de edifícios residenciais (e comerciais), nas áreas deterioradas do centro. Com um sanitário para cada 22 pessoas, sem sol, sem céu, sem brisa. Pior que favela.

Além da habitação, os cuidados com o "habitat": o programa de saneamento básico, na periferia das grandes cidades, deve consumir Cr\$ 4,7 trilhões. A ordem é distribuir a renda em espécie da água encanada e do esgoto coletado, desarmando a bomba-relógio da falta de latrina, combinado com a falta de proteína. A contaminação da cisterna pela fossa negra é o gatilho da desidratação do desnutrido, o tal de "mal do verão", que mata uma criança a cada 6 horas na capital da prosperidade nacional.

A Prioridade do Estômago

O programa social do pacote orçamentário tem, pelo menos, o merito de apontar o rumo, ainda que sem garantia do ritmo. O projeto parece bem maior que o recurso e não atentou para a síndrome dos planejadores bem intencionados: a eleição de um número exagerado de campos prioritários. A dispersão do recurso começa pela dispersão do esforço e pela diluição do projeto: a melhor maneira de aviltar prioridades é trilhar com todas elas...

Na alimentação suplementar (que eu elegeria como prioridade primeira), o Governo espera gastar apenas Cr\$ 3 trilhões (um sétimo do IPI do cigarro) para alimentar 10 milhões de gestantes e nutrízes, além de um número não sabido de crianças de até 4 anos de idade. A distribuição do leite para famílias de até 2 salários mínimos de renda mensal vai contemplar 1,5 milhão de crianças.